

## CUT alerta sobre impactos econômicos. MPT diz que pejetização continua proibida

A terceirização de todas as atividades das empresas, que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional, na última quinta-feira (30), não permite a contratação de empregados diretamente subordinados como Pessoa Jurídica (PJ) ou que empresas sejam abertas apenas para intermediar mão de obra, alerta o procurador Murilo Muniz, do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A terceirização irrestrita, no entanto, terá impactos negativos para a economia, pois haverá redução da massa salarial dos trabalhadores e das trabalhadoras; além de queda na arrecadação da Previdência Social, lembra a secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa.

Em entrevista a Agência Brasil, Graça lembrou pesquisa feita pelo Dieese que constatou que a terceirização reduz em pelo menos 25% a massa salarial em relação aos trabalhadores e trabalhadoras diretamente contratados pelas empresas.

O estudo do Dieese, divulgado em 2014 pela CUT, apontou que os trabalhadores terceirizados, que somavam cerca de 12,7 milhões de indivíduos (6,8%) do mercado de trabalho em 2013, recebiam, em dezembro daquele ano, 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas, tinham uma jornada semanal de três horas a mais e estavam mais suscetíveis a acidentes de trabalho.

Já Muniz disse que o STF não legalizou a intermediação de mão de obra, considerada “comércio de pessoas” que fere os princípios internacionais do direito do trabalho.

Segundo ele, “a hipótese de colocar um mero intermediário



com a finalidade de precarizar direitos continua proibido”.

Para o procurador, a “pejetização”, como é conhecida a prática de contratação de um funcionário via PJ, facilitada por meio do registro de Microempreendedor Individual (MEI), também deve ser combatida.

“Qualquer que seja a roupagem formal da relação, se tiverem presentes os requisitos dos artigos 2 e 3 da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] ou tiver expediente para fraudar ou precarizar direitos, a liberação da terceirização pelo Supremo não afasta a possibilidade de se combater a fraude e, se tiver subordinação e pessoalidade, se declarar o vínculo empregatício”.

O sociólogo do trabalho Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo (USP), é mais pessimista quanto aos limites da terceirização irrestrita. De acordo com ele, “potencialmente”, essa forma de contratação de mão de obra “agora, atinge a todos, tanto setor privado quanto público, e conseqüentemente, o que nós prevemos é uma alte-

ração da estrutura do mercado de trabalho no país com substituição progressiva, porém certa, de trabalho diretamente contratado por trabalho terceirizado”.

Ele estima que a proporção entre trabalho diretamente contratado e terceirizado, que hoje é de 75% e 25%, deve se inverter em cerca de cinco anos.

Braga é crítico à mudança pelas características do trabalho terceirizado verificadas atualmente. “É um tipo de trabalho muito conhecido pela literatura especializada, que tende a ser fatalmente pior remunerado, submetido a jornadas mais longas e tende a afastar o trabalhador de certos direitos ou benefícios [como férias e décimo terceiro salário]”, justificou. Ele avalia que poucas categorias conseguiram resistir às mudanças decorrentes da terceirização.

“Por enquanto estamos falando do subemprego como informalidade, mas logo teremos o aumento do subemprego como trabalho terceirizado e precário”, disse.

Fonte: CUT



## Política de preços da Petrobras continua penalizando o bolso do trabalhador

A política do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) de reajustar os preços dos combustíveis quase diariamente continua pesando no orçamento do povo brasileiro. Cinco dias após o último aumento no preço da gasolina, a Petrobras subiu novamente o valor, nesta quarta-feira (5), e o combustível ficou 1,68% mais caro. O preço da gasolina nas refinarias passou de R\$ 1,1704, que vigorava desde o último sábado (1º), para R\$ 2,2069.

É o valor mais alto cobrado pelo preço do litro da gasolina desde julho de 2017, quando a direção da Petrobras, comandada pelo então presidente Pedro Parente – nomeado por Temer após o golpe de 2016, mudou a política de preços e passou a acompanhar as variações cambiais e as oscilações do barril de petróleo no mercado externo.

De julho de 2017 até hoje, a gasolina aumentou 69% nas refinarias da Petrobras enquanto a inflação do período acumulou 4,8%, segundo dados da subseção do Dieese da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A variação do preço do diesel no mesmo período foi de 54%.

Na última sexta-feira,

após três meses de congelamento devido ao acordo do governo que pôs fim à greve dos caminhoneiros e que envolveu subsídio governamental ao diesel, a Petrobras anunciou também o aumento de 13% no preço médio do produto comercializado nas refinarias do país.

“Esse será o cenário enquanto essa política equivocada continuar a ditar os preços da gasolina, diesel, gás de cozinha e demais combustíveis. O impacto no bolso dos brasileiros é muito grande”, diz o coordenador-geral da FUP, Simão Zainardi.

Segundo dados da subseção do Dieese da FUP, desde julho do ano passado até hoje, o preço médio de revenda da gasolina nas bombas de combustíveis foi de 27,4%. “É um valor muito superior à inflação do período [4,8%] e isso com certeza está afetando o orçamento de milhares de famílias brasileiras”, diz o economista do Dieese, Cloviomar Cararine.

O preço médio da gasolina nas bombas terminou a semana passada a R\$ 4,446, segundo pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP). Em algumas regiões do País, porém, o valor extrapola os R\$ 5 reais. É o caso da cidade de Vassouras, no Rio de Janeiro, e do Rio Bran-

co, no Acre, onde foram registrados valores que ultrapassam a média nacional – R\$ 5,24 e R\$ 5,15, respectivamente.

No Tocantins, outro estado que tem registrado altas constantes, o preço da gasolina alcançou R\$ 4,99 em alguns postos, e esse valor ainda pode aumentar depois do reajuste desta quarta.

Para o presidente em exercício da CUT-AC, Edimar Batista Tonelly, um dos mais afetados pelo aumento absurdo no valor da gasolina no estado, é muito preocupante essa situação. “Isso porque os reajustes muito acima da inflação estão afetando no endividamento das famílias aqui do Acre. E não só daqueles que usam carro, mas de todos”, diz.

Ele explica que o preço do frete na região, por causa da localização geográfica, é caro e isso faz com que os aumentos sejam repassados para praticamente todos os produtos consumidos pela população do Acre.

“Está terrível a situação e espero muito que nas eleições de outubro possamos eleger um novo governo que reverta o golpe e coloque o país novamente nos trilhos, pois assim está insustentável”, lamenta.

*Escrito por Tatiana Melim (CUT)*